



# Instruções para o preenchimento dos formulários relativos ao total dos ativos e ao total das posições em risco para efeitos de recolha dos fatores de taxa utilizados no cálculo das taxas de supervisão

Outubro de 2020

## 1 Orientações gerais

Com início no período de taxa de 2020, o Banco Central Europeu (BCE) reutilizará os dados fornecidos no quadro da prestação de informação financeira (*Financial Reporting* – FINREP) e do reporte comum (*Common Reporting* – COREP) para determinar os fatores de taxa da maioria das instituições de crédito supervisionadas.

Duas categorias de instituições de crédito terão de continuar a apresentar os respetivos fatores de taxa através de um processo de recolha de dados separado:

1. Grupos que excluem os ativos e/ou os montantes das posições em risco de filiais estabelecidas em Estados-Membros não participantes:
  - Com vista a assegurar um processo de recolha regular, os grupos com filiais estabelecidas em Estados-Membros não participantes ou países terceiros que pretendam excluir os ativos e/ou os montantes das posições em risco dessas filiais dos respetivos fatores de taxa devem notificar o BCE até 30 de setembro de cada período de taxa, enviando a [notificação da intenção de excluir fatores de taxa](#) para [SSM-fee-enquiries@ecb.europa.eu](mailto:SSM-fee-enquiries@ecb.europa.eu). Os grupos podem optar por deduzir a contribuição das filiais estabelecidas em países não participantes no MUS para o total das posições em risco (TPR), para o total dos ativos (TA), ou para ambos. Se não for recebida uma notificação, assume-se que o grupo não pretende deduzir a contribuição das filiais estabelecidas em países não participantes no MUS. Neste caso, o TPR ao nível mais elevado de consolidação (modelo COREP C 02.00, linha 010, coluna 010) e o TA ao nível mais elevado de consolidação (modelo FINREP F 01.01, linha 380, coluna 010) obtidos pelo BCE por meio dos relatórios regulamentares serão reutilizados para o cálculo da taxa de supervisão.
2. Sucursais estabelecidas em Estados-Membros participantes por instituições de crédito de Estados-Membros não participantes que não estejam sujeitas às

disposições do Regulamento do BCE relativo ao FINREP ou ao reporte FINREP obrigatório nos termos dos requisitos de reporte nacionais.

Apesar de isentas da obrigação de apresentar fatores de taxa, as sucursais que estão sujeitas ao Regulamento do BCE relativo ao FINREP ou ao reporte FINREP obrigatório de acordo com os requisitos de reporte nacionais devem apresentar uma carta da direção à respetiva autoridade nacional competente (ANC). Consultar a secção 5 para mais informação.

No que respeita às entidades supervisionadas classificadas como “menos significativas” com base numa decisão do BCE adotada nos termos do artigo 6.º, n.º 4, do [Regulamento \(UE\) n.º 1024/2013 do Conselho](#)<sup>1</sup> em conjugação com os artigos 70.º, n.º 1, e 71.º do [Regulamento \(UE\) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu \(Regulamento-Quadro do MUS\) \(BCE/2014/17\)](#)<sup>2</sup> e o artigo 10.º, n.º 3, alínea d), do [Regulamento \(UE\) n.º 1163/2014 do Banco Central Europeu \(BCE/2014/41\)](#)<sup>3</sup>, será tomado em conta pelo BCE, na determinação do fator de taxa, um valor do TA de 30 mil milhões de euros, ou o valor do TA apresentado no FINREP, se este último for inferior.

## 2 Instruções para os dois formulários<sup>4</sup>

- Os campos “Designação”, “Código IFM” (instituição financeira monetária) e “Código LEI” (do inglês, *legal entity identifier* – identificador de pessoas jurídicas) referem-se ao devedor de taxa<sup>5</sup>.
- O campo “Código IFM”<sup>6</sup> tem de ser sempre preenchido. O campo “Código LEI” é de preenchimento obrigatório, exceto quando o devedor de taxa é uma sucursal, caso em que deve permanecer em branco.
- Os montantes referentes ao TA e ao TPR devem ser expressos em euros e em números inteiros.

<sup>1</sup> Regulamento (UE) n.º 1024/2013 do Conselho, de 15 de outubro de 2013, que confere ao BCE atribuições específicas no que diz respeito às políticas relativas à supervisão prudencial das instituições de crédito (JO L 287 de 29.10.2013, pp. 63 – 89).

<sup>2</sup> Regulamento (UE) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu, de 16 de abril de 2014, que estabelece o quadro de cooperação, no âmbito do Mecanismo Único de Supervisão, entre o Banco Central Europeu e as autoridades nacionais competentes e com as autoridades nacionais designadas (Regulamento-Quadro do MUS) (BCE/2014/17) (JO L 141 de 14.5.2014, pp. 1 – 50).

<sup>3</sup> Regulamento (UE) n.º 1163/2014 do Banco Central Europeu, de 22 de outubro de 2014, relativo às taxas de supervisão (BCE/2014/41) (JO L 311 de 31.10.2014, pp. 23 – 31).

<sup>4</sup> Os modelos (em língua portuguesa) dos formulários constam dos anexos I e II da Decisão (UE) 2019/2158 do Banco Central Europeu, de 5 de dezembro de 2019, relativa à metodologia e procedimentos para a determinação e recolha de dados referentes aos fatores de taxa utilizados no cálculo das taxas de supervisão anuais (BCE/2019/38) (JO L 327 de 17.12.2019, pp. 99 – 107).

<sup>5</sup> O devedor de taxa é o ponto de contacto para qualquer comunicação do BCE relativa às taxas de supervisão anuais.

<sup>6</sup> O código IFM é equivalente ao código RIAD. Para mais informações, consultar [Acesso aos dados da IFM](#).

- A coluna “Observações”, incluída em ambos os formulários, deve ser utilizada pelas entidades supervisionadas para comunicar qualquer informação adicional que possa servir para interpretar os dados ou qualquer outra informação a partilhar com a ANC.
- Os fatores de taxa são calculados tendo em conta a dimensão prudencial da consolidação. Por conseguinte, entre outros ativos, os ativos de empresas de investimento têm de ser incluídos no cálculo do fator de taxa, se as empresas de investimento fizerem parte de um grupo bancário ao mais alto nível de consolidação.

### Convenções em termos de sinais

Em ambos os formulários, os montantes devem ser indicados em valores absolutos.

### Controlos da qualidade dos dados

O processo de garantia da qualidade dos dados – os controlos implementados para comparar os valores referentes ao TPR e ao TA indicados nos formulários com os valores reportados nos relatórios regulamentares apresentados ao BCE – é explicado nas secções seguintes.

## 3 Instruções para o formulário relativo ao “total dos ativos” (TA)<sup>7</sup>

Todas as células a vermelho do formulário têm de ser preenchidas. As células a amarelo do formulário só devem ser preenchidas quando forem aplicáveis. Todos os campos assinalados a cinzento devem permanecer em branco. Ao selecionar o “Tipo de instituição” na coluna 010, as células podem mudar de cor, a fim de orientar o devedor de taxa no preenchimento do formulário.

Os cabeçalhos das rubricas contêm a informação seguinte:

- **Data de referência:** fim do exercício contabilístico para todas as entidades estabelecidas antes de 1 de janeiro de 2020. Por exemplo, para uma entidade cujo fim do exercício contabilístico seja março, a data de referência será março de 2019. Para as entidades estabelecidas após 1 de janeiro de 2020, a data de referência deverá corresponder à próxima data de reporte. Por exemplo, para uma entidade estabelecida em abril de 2020, a data de referência será junho de 2020, independentemente da respetiva data de fim do exercício contabilístico.

<sup>7</sup> Anexo 2 da Decisão (UE) 2019/2158 do Banco Central Europeu.

- Data de envio: este campo é de preenchimento obrigatório, devendo nele constar a data de envio do formulário relativo ao TA<sup>8</sup>.
- Designação da instituição ou do grupo bancário: este campo é de preenchimento obrigatório, devendo nele ser indicado o nome do devedor de taxa (a instituição de crédito/sucursal sujeita a taxa/a entidade nomeada como “devedor de taxa” em nome do grupo).
- “Código IFM”<sup>9</sup> do devedor de taxa: este campo é de preenchimento obrigatório para todos os devedores de taxa.
- “Código LEI” do devedor de taxa: este campo é de preenchimento obrigatório para todos os devedores de taxa, com exceção das sucursais. As sucursais devem deixar este campo em branco.
- A célula na linha 010, coluna 010, tem de ser preenchida com o tipo de instituição, como a seguir indicado<sup>10</sup>:
  1. Quando o devedor de taxa apresenta um valor para o TA correspondente aos ativos totais determinados em consonância com o estipulado no artigo 51.º, n.º 2 ou n.º 4, do [Regulamento \(UE\) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu \(Regulamento-Quadro do MUS\) \(BCE/2014/17\)](#), terá de preencher a linha 010 da coluna “Tipo de instituição” da seguinte forma:
 

Tipo de instituição 3: as entidades supervisionadas e os grupos supervisionados que não estão sujeitos a reporte obrigatório para efeitos prudenciais devem determinar os seus ativos totais tal como definido no artigo 2.º, n.º 12, alínea d), do [Regulamento \(UE\) n.º 1163/2014 do Banco Central Europeu \(BCE/2014/41\)](#).

Os grupos supervisionados que não estão sujeitos a reporte obrigatório para efeitos prudenciais e notificaram o BCE da sua intenção de deduzir dos respetivos fatores de taxa as contribuições das filiais estabelecidas em Estados-Membros não participantes ou em países terceiros tanto para o TPR como para o TA, ou apenas para o TA, devem selecionar “Tipo de instituição 2” no primeiro caso e “Tipo de instituição 5” no segundo. Consultar, no ponto 3 abaixo, as instruções de preenchimento do formulário para os tipos de instituição 2 e 5.
- A linha 010, coluna 030, deve ser preenchida com o valor do TA.
  - i) Se a entidade supervisionada fizer parte de um grupo supervisionado, o valor total dos seus ativos terá de ser determinado com base nas contas anuais consolidadas auditadas mais recentes elaboradas de acordo com

<sup>8</sup> A data de envio deve ser atualizada em caso de reenvios.

<sup>9</sup> O código IFM é equivalente ao código RIAD. Para mais informações, consultar [Acesso aos dados da IFM](#).

<sup>10</sup> De notar que o sistema de numeração foi alterado.

as Normas Internacionais de Relato Financeiro, conforme aplicáveis na União Europeia em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho<sup>11</sup>. Se as referidas contas anuais não estiverem disponíveis, o valor total dos ativos terá de ser determinado com base nas contas anuais consolidadas elaboradas em consonância com a legislação contabilística nacional aplicável (ver o artigo 51.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 468/2014 (BCE/2014/17)).

- ii) Se a entidade supervisionada não fizer parte de um grupo supervisionado, o valor total dos seus ativos terá de ser determinado com base nas contas anuais auditadas mais recentes elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, conforme aplicáveis na União Europeia em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho. Se as referidas contas anuais não estiverem disponíveis, o valor total dos ativos terá de ser determinado com base nas contas anuais elaboradas em consonância com a legislação contabilística nacional aplicável (ver o artigo 51.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 468/2014 (BCE/2014/17)).

As entidades reportantes que selecionem “Tipo de instituição 3” no formulário relativo ao TA têm de ter selecionado “Tipo de instituição 3” ou “Tipo de instituição 1” no formulário relativo ao TPR.

## Exemplo

| CALCULATION OF FEES<br>TOTAL ASSETS |   | Reference date      | 31/12/2019  | NAME         | Institution B             |
|-------------------------------------|---|---------------------|---|--------------|---------------------------|
|                                     |   | Submission date     | 10/11/2020  | MFI Code     | IT0000002                 |
|                                     |   |                     |   | LEI code     | ABCDEFGHIJ1234567890      |
| Item                                |   | Type of institution | Confirmation of auditor's verification or of management letter for fee-paying branches (Yes/No) | Total assets | Comments                  |
|                                     |   | 010                 | 020   | 030          | 040                       |
| 010                                 | TOTAL ASSETS in accordance with Article 51(2) or (4) of Regulation (EU) No 468/2014 (ECB/2014/17)   | 3                   |   | 15,000,000   | Comment on submitted data |
| 020                                 | TOTAL ASSETS in accordance with Article 2, point (12)(b) or (c) of Regulation (EU) No 1163/2014 (ECB/2014/41)   |                     |   |              |                           |
| 030                                 | TOTAL ASSETS in accordance with Article 3(2)(b) of this Decision: Item 030 is equal to 031 minus 032 plus 033 minus 034   |                     |   |              |                           |
| 031                                 | Total assets of all group entities established in participating Member States - <b>obligatory</b>   |                     |   |              |                           |
| 032                                 | Intragroup positions among supervised entities established in participating Member States (from reporting packages used for the elimination of balances for group reporting purposes) - <b>optional</b> |                     |   |              |                           |
| 033                                 | Goodwill included in the consolidated financial statements of the parent undertaking of a supervised group - <b>obligatory</b>  |                     |   |              |                           |
| 034                                 | Goodwill allocated to subsidiaries established in non-participating Member states or third countries - <b>optional</b>  |                     |   |              |                           |

Please ensure that this template is completed in accordance with the instructions provided separately.

2. Quando a instituição reportante apresenta um TA em conformidade com o artigo 2.º, n.º 12, alíneas b) ou c), do Regulamento (UE) n.º 1163/2014 (BCE/2014/41), terá de preencher a linha 010 da coluna “Tipo de instituição” como indicado a seguir:

<sup>11</sup> Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade (JO L 243 de 11.9.2002, p. 1).

- Tipo de instituição 4: as sucursais supervisionadas de instituições de crédito estabelecidas em Estados-Membros não participantes que não estão sujeitas a reporte obrigatório para fins prudenciais (ou seja, não se enquadram diretamente no âmbito do Regulamento do BCE relativo ao FINREP ou no âmbito de requisitos de reporte nacionais adicionais de FINREP).
- A linha 020, coluna 030, deve ser preenchida com o valor do TA.
  - i) O valor dos ativos totais será determinado com base nas contas anuais auditadas mais recentes, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, conforme aplicáveis na União Europeia em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, e, se estas não estiverem disponíveis, com base nas contas anuais elaboradas em consonância com a legislação contabilística nacional aplicável.
  - ii) Em relação às sucursais sujeitas a taxa que não elaborem contas anuais, o valor total dos ativos será determinado com base nos dados estatísticos reportados nos termos do Regulamento (CE) n.º 25/2009 do Banco Central Europeu (BCE/2008/32)<sup>12</sup> (ver o artigo 51.º, n.º 5, do Regulamento (UE) n.º 468/2014 (BCE/2014/17)).
  - iii) As sucursais que elaboram o FINREP a título voluntário podem utilizar o valor para o TA calculado de acordo com as instruções do FINREP para o preenchimento do formulário relativo aos fatores de taxa.
- O diretor da sucursal ou, na indisponibilidade deste, o órgão de administração da instituição de crédito que criou a sucursal sujeita a taxa, deve certificar o total dos ativos da sucursal sujeita a taxa por meio de uma carta da direção enviada à ANC pertinente, juntamente com o formulário respeitante aos fatores de taxa relativos ao TA. O modelo de carta da direção pode ser descarregado no sítio do BCE dedicado à supervisão bancária: [modelo de carta da direção](#).
- Na linha 020, coluna 020, a entidade reportante tem de indicar se a carta da direção foi enviada à ANC, selecionando “Sim” ou “Não”.

<sup>12</sup> Regulamento (CE) n.º 25/2009 do Banco Central Europeu, de 19 de dezembro de 2008, relativo ao balanço consolidado do setor das instituições financeiras monetárias (BCE/2008/32) (JO L 15 de 20.1.2009, p. 14), atualizado pelo Regulamento (UE) n.º 1071/2013 do Banco Central Europeu, de 24 de setembro de 2013, relativo ao balanço consolidado do setor das instituições financeiras monetárias (BCE/2013/33) (JO L 297 de 7.11.2013, p. 1).

## Exemplo

| CALCULATION OF FEES |   | Reference date      | 31/12/2019  | NAME         | Institution C             |
|---------------------|---|---------------------|---|--------------|---------------------------|
| TOTAL ASSETS        |   | Submission date     | 10/11/2020  | MFI Code     | IT0000003                 |
|                     |   |                     |   | LEI code     |                           |
| Item                |   | Type of institution | Confirmation of auditor's verification or of management letter for fee-paying branches (Yes/No) | Total assets | Comments                  |
|                     |   | 010                 | 020   | 030          | 040                       |
| 010                 | TOTAL ASSETS in accordance with Article 51(2) or (4) of Regulation (EU) No 468/2014 (ECB/2014/17)   |                     |   |              |                           |
| 020                 | TOTAL ASSETS in accordance with Article 2, point (12)(b) or (c) of Regulation (EU) No 1183/2014 (ECB/2014/41)   | 4                   | Yes   | 5,000,000    | Comment on submitted data |
| 030                 | TOTAL ASSETS in accordance with Article 3(2)(b) of this Decision: Item 030 is equal to 031 minus 032 plus 033 minus 034   |                     |   |              |                           |
| 031                 | Total assets of all group entities established in participating Member States - <b>obligatory</b>   |                     |   |              |                           |
| 032                 | Intragroup positions among supervised entities established in participating Member States (from reporting packages used for the elimination of balances for group reporting purposes) - <b>optional</b> |                     |   |              |                           |
| 033                 | Goodwill included in the consolidated financial statements of the parent undertaking of a supervised group - <b>obligatory</b>  |                     |   |              |                           |
| 034                 | Goodwill allocated to subsidiaries established in non-participating Member states or third countries - <b>optional</b>  |                     |   |              |                           |

Please ensure that this template is completed in accordance with the instructions provided separately.

3. Quando a instituição reportante apresenta um valor para o TA em conformidade com o artigo 3.º, n.º 2, alínea b), da [Decisão \(UE\) 2019/2158 do Banco Central Europeu \(BCE/2019/38\)](#), terá de preencher a linha 030 da coluna “Tipo de instituição” da seguinte forma:
    - i) Tipo de instituição 2: um grupo supervisionado que notificou o BCE da sua intenção de deduzir as contribuições das filiais estabelecidas em Estados-Membros não participantes ou em países terceiros tanto do TPR como do TA.
    - ii) Tipo de instituição 5: um grupo supervisionado que notificou o BCE da sua intenção de deduzir as contribuições das filiais estabelecidas em Estados-Membros não participantes ou em países terceiros apenas do TA.
- As instruções infra aplicam-se aos tipos de instituição 2 e 5.
  - A linha 031, coluna 030, deve ser preenchida com o valor do TA de todas as entidades do grupo estabelecidas em Estados-Membros participantes.
  - A linha 032, coluna 030, deve ser preenchida com o valor das posições intragrupo entre as entidades supervisionadas estabelecidas em Estados-Membros participantes (obtidas a partir de conjuntos de reporte utilizados para a eliminação de saldos para fins de reporte como grupo). A célula pode ficar em branco se tais posições não existirem.
  - A linha 033, coluna 030, deve ser preenchida com o valor do *goodwill* incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da sociedade-mãe de um grupo supervisionado. Se o valor supramencionado for zero, o mesmo deve ser reportado nesta célula.
  - A linha 034, coluna 030, deve ser preenchida com o valor do *goodwill* atribuído a filiais estabelecidas em Estados-Membros não participantes ou em países terceiros. A célula pode ficar em branco se o *goodwill* for zero.

- A linha 030, coluna 030, não precisa de ser preenchida (dado que contém uma fórmula automática correspondente à linha 031, coluna 030, menos a linha 032, coluna 030, mais a linha 033, coluna 030, menos a linha 034, coluna 030, do formulário relativo ao TA). Este valor representa o TA que será considerado para a determinação do fator de taxa.
- Um auditor tem de confirmar que o processo de cálculo não se desvia do procedimento estabelecido na [Decisão \(UE\) 2019/2158 do Banco Central Europeu \(BCE/2019/38\)](#) e que o cálculo realizado pelo devedor de taxa é consistente com o método contabilístico seguido na consolidação das contas do grupo de entidades sujeitas a taxa.
- Na linha 020, coluna 020, a entidade reportante tem de indicar se a verificação por um auditor foi submetida à ANC, selecionando “Sim” ou “Não”.
- As entidades reportantes que selecionem “Tipo de instituição 2” ou “Tipo de instituição 5” no formulário relativo ao TA têm de ter selecionado “Tipo de instituição 2” no formulário relativo ao TPR.

## Exemplo

| CALCULATION OF FEES<br>TOTAL ASSETS |   | Reference date      | 31/12/2019  | NAME         | Institution A             |
|-------------------------------------|---|---------------------|---|--------------|---------------------------|
|                                     |   | Submission date     | 10/11/2020  | MFI Code     | IT0000001                 |
|                                     |   |                     |   | LEI code     | ABCDEFGHIJ1234567890      |
| Item                                |   | Type of institution | Confirmation of auditor's verification or of management letter for fee-paying branches (Yes/No) | Total assets | Comments                  |
|                                     |   | 010                 | 020   | 030          | 040                       |
| 010                                 | TOTAL ASSETS in accordance with Article 51(2) or (4) of Regulation (EU) No 468/2014 (ECB/2014/17)   |                     |   |              |                           |
| 020                                 | TOTAL ASSETS in accordance with Article 2, point (12)(b) or (c) of Regulation (EU) No 1163/2014 (ECB/2014/41)   |                     |   |              |                           |
| 030                                 | TOTAL ASSETS in accordance with Article 3(2)(b) of this Decision: Item 030 is equal to 031 minus 032 plus 033 minus 034   | 2                   | Yes   | 14,080,000   | Comment on submitted data |
| 031                                 | Total assets of all group entities established in participating Member States - <b>obligatory</b>   |                     |   | 15,000,000   |                           |
| 032                                 | Intragroup positions among supervised entities established in participating Member States (from reporting packages used for the elimination of balances for group reporting purposes) - <b>optional</b> |                     |   | 1,000,000    |                           |
| 033                                 | Goodwill included in the consolidated financial statements of the parent undertaking of a supervised group - <b>obligatory</b>  |                     |   | 100,000      |                           |
| 034                                 | Goodwill allocated to subsidiaries established in non-participating Member states or third countries - <b>optional</b>  |                     |   | 20,000       |                           |

Please ensure that this template is completed in accordance with the instructions provided separately.

| CALCULATION OF FEES<br>TOTAL ASSETS |   | Reference date      | 31/12/2019  | NAME         | Institution A             |
|-------------------------------------|---|---------------------|---|--------------|---------------------------|
|                                     |   | Submission date     | 10/11/2020  | MFI Code     | IT0000001                 |
|                                     |   |                     |   | LEI code     | ABCDEFGHIJ1234567890      |
| Item                                |   | Type of institution | Confirmation of auditor's verification or of management letter for fee-paying branches (Yes/No) | Total assets | Comments                  |
|                                     |   | 010                 | 020   | 030          | 040                       |
| 010                                 | TOTAL ASSETS in accordance with Article 51(2) or (4) of Regulation (EU) No 468/2014 (ECB/2014/17)   |                     |   |              |                           |
| 020                                 | TOTAL ASSETS in accordance with Article 2, point (12)(b) or (c) of Regulation (EU) No 1163/2014 (ECB/2014/41)   |                     |   |              |                           |
| 030                                 | TOTAL ASSETS in accordance with Article 3(2)(b) of this Decision: Item 030 is equal to 031 minus 032 plus 033 minus 034   | 5                   | Yes   | 14,080,000   | Comment on submitted data |
| 031                                 | Total assets of all group entities established in participating Member States - <b>obligatory</b>   |                     |   | 15,000,000   |                           |
| 032                                 | Intragroup positions among supervised entities established in participating Member States (from reporting packages used for the elimination of balances for group reporting purposes) - <b>optional</b> |                     |   | 1,000,000    |                           |
| 033                                 | Goodwill included in the consolidated financial statements of the parent undertaking of a supervised group - <b>obligatory</b>  |                     |   | 100,000      |                           |
| 034                                 | Goodwill allocated to subsidiaries established in non-participating Member states or third countries - <b>optional</b>  |                     |   | 20,000       |                           |

Please ensure that this template is completed in accordance with the instructions provided separately.

## Instruções para o formulário relativo ao “total das posições em risco” (TPR)<sup>13</sup>

No caso especial das sucursais, não é necessário o formulário relativo ao “total das posições em risco”. Consultar a secção 3 para obter instruções sobre o preenchimento do formulário relativo ao “total dos ativos” (TA).

Todas as células a vermelho do formulário têm de ser preenchidas. As células a amarelo do formulário só devem ser preenchidas quando forem aplicáveis. Todos os campos assinalados a cinzento devem permanecer em branco. Ao selecionar o “Tipo de instituição” na coluna 010, as células podem mudar de cor, a fim de orientar o devedor de taxa no preenchimento do formulário.

Os cabeçalhos das rubricas contêm a informação seguinte:

- Data de referência: 31/12/2019<sup>14</sup> para entidades estabelecidas antes de 1 de janeiro de 2020 ou a data de reporte disponível seguinte: 31/03/2020, 30/06/2020 ou 30/09/2020 para entidades estabelecidas após 1 de janeiro de 2020.
- Data de envio: este campo é de preenchimento obrigatório, devendo nele constar a data de envio do formulário relativo ao TPR<sup>15</sup>.
- Designação da instituição ou do grupo bancário: este campo é de preenchimento obrigatório, devendo nele ser indicado o nome do devedor de taxa (a instituição de crédito sujeita a taxa/a entidade nomeada como “devedor de taxa” em nome do grupo).
- “Código IFM”<sup>16</sup> do devedor de taxa: este campo é de preenchimento obrigatório para todos os devedores de taxa.
- “Código LEI” do devedor de taxa: este campo é de preenchimento obrigatório para todos os devedores de taxa.
- As células na linha 010, coluna 010, têm de ser preenchidas com o tipo de instituição, como a seguir indicado<sup>17</sup>:
  1. Tipo de instituição 1: um grupo supervisionado que notificou o BCE da sua intenção de deduzir a contribuição das filiais estabelecidas em Estados-Membros não participantes ou em países terceiros apenas do TPR.

<sup>13</sup> Anexo 1 da Decisão (UE) 2019/2158 do Banco Central Europeu.

<sup>14</sup> Aplica-se à recolha dos fatores de taxa em 2020. De um modo geral, os fatores de taxa a fornecer pelos devedores de taxa devem ter a data de referência de 31 de dezembro do ano precedente, ou do ano em curso se o devedor de taxa tiver sido estabelecido durante o período de taxa.

<sup>15</sup> A data de envio deve ser atualizada em caso de reenvios.

<sup>16</sup> O código IFM é equivalente ao código RIAD. Para mais informações, consultar [Acesso aos dados da IFM](#).

<sup>17</sup> De notar que o sistema de numeração foi alterado.

2. Tipo de instituição 2: um grupo supervisionado que notificou o BCE da sua intenção de deduzir a contribuição das filiais estabelecidas em Estados-Membros não participantes ou em países terceiros tanto do TPR como do TA.
3. As instruções infra aplicam-se aos tipos de instituição 1 e 2.
  - A linha 010, coluna 030, deve ser preenchida com o valor do TPR.
  - Na linha 020, coluna 030, deve ser fornecida a soma de todas as contribuições das filiais estabelecidas em Estados-Membros não participantes reportada no modelo COREP C 06.02, coluna 250.
  - As linhas 1021 a N, coluna 030, devem ser preenchidas com as contribuições individuais das filiais estabelecidas em Estados-Membros não participantes não reportadas no modelo COREP C 06.02, mas listadas no formulário relativo aos fatores de taxa.
  - De acordo com o anexo II, parte II, do [Regulamento de Execução \(UE\) n.º 680/2014 da Comissão](#)<sup>18</sup>, “[um]a instituição deve relatar os dados da contribuição de uma entidade quando a sua contribuição para o valor total das posições em risco exceder 1% do valor total das posições em risco do grupo ou quando a sua contribuição para os fundos próprios totais exceder 1% dos fundos próprios totais do grupo. Este limiar não se aplica no caso de filiais ou subgrupos que fornecem fundos próprios ao grupo (sob a forma de interesses minoritários ou instrumentos elegíveis de [fundos próprios adicionais de nível 1] ou [fundos próprios de nível 2] incluídos nos fundos próprios)”. Por conseguinte, os dados sobre a contribuição das filiais estabelecidas em Estados-Membros não participantes que não tenham sido incluídos no modelo COREP C 06.02 (Solvência do grupo) apresentado no final do exercício relevante têm de ser fornecidos na(s) linha(s) 1021 a N, coluna 030.
  - A(s) linha(s) 1021 a N, deve(m) ser preenchida(s) com o(s) nome(s) das filiais estabelecidas em Estados-Membros não participantes (no exemplo a seguir, as três entidades pertencentes à “Instituição C” foram adicionadas como “Instituição C1”, “Instituição C2” e “Instituição C3”).
  - A linha 030, coluna 030, é igual à linha 010 menos a linha 020 menos a soma das linhas 1021 a N. Esta célula é calculada automaticamente.

---

<sup>18</sup> Regulamento de Execução (UE) n.º 680/2014 da Comissão, de 16 de abril de 2014, que estabelece normas técnicas de execução no que diz respeito ao relato para fins de supervisão das instituições de acordo com o Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho (JO L 191 de 28.6.2014, p. 1).

## Exemplo

| CALCULATION OF FEES<br>TOTAL RISK EXPOSURE |  | Reference date             | 31/12/2019                                | NAME                        | Institution A             |
|--|--|----------------------------|---|-----------------------------|---------------------------|
|  |  | Submission date            | 10/11/2020                                | MFI Code                    | IT0000001                 |
|  |  |                            |   | LEI code                    | ABCDEFGHIJ1234567890      |
| Item                                       |  | Type of institution<br>010 | Source for risk<br>exposure amount<br>020 | Risk exposure amount<br>030 | Comments<br>040           |
| 010  | TOTAL RISK EXPOSURE as calculated in accordance with Article 92(3) of Regulation (EU) No 575/2013 of the European Parliament and of the Council  | 1                          | COREP C 02.00, row 010                    | 10,000,000                  | Comment on submitted data |
| 020  | CONTRIBUTION OF SUBSIDIARIES in non-participating Member States and third countries  |                            | COREP C 06.02, col 250 (SUM)              | 400,000                     |                           |
| 1021                                       | Institution C1   |                            |   | 50,000                      |                           |
| 1022                                       | Institution C2   |                            |   | 20,000                      |                           |
| 1023                                       | Institution C3   |                            |   | 30,000                      |                           |
| 1024                                       |  |                            |   |                             |                           |
| 1025                                       |  |                            |   |                             |                           |
| 030  | TOTAL RISK EXPOSURE AMOUNT of the supervised group deducting the CONTRIBUTION OF SUBSIDIARIES in non-participating Member States and third countries: Item 030 is equal to 010 minus 020 minus sum of items 1021 to 1320 |                            |   | 9,500,000                   |                           |

Please ensure that this template is completed in accordance with the instructions provided separately.

No exemplo acima, o TPR do grupo supervisionado é de 10 000 000 de euros (TPR, linha 010, coluna 030).

No entanto, o grupo deduz a contribuição das suas filiais estabelecidas em Estados-Membros não participantes. As filiais com uma contribuição para o TPR superior a 1% do TPR foram incluídas no modelo COREP C 06.02. A soma destas contribuições ascende a um total de 400 000 euros (TPR, linha 020, coluna 030).

As três filiais com uma contribuição inferior a 1% do TPR são reportadas nas linhas 1021, 1022 e 1023. A soma destas contribuições ascende a um total de 100 000 euros.

O TPR considerado na determinação do fator de taxa corresponde ao TPR calculado automaticamente na linha 030, coluna 030. É o resultado da dedução da célula TPR, linha 020, coluna 030, e da soma das linhas 1021 a 1023 ao TPR inicial fornecido na célula TPR, linha 010, coluna 030. No exemplo acima, o resultado do cálculo é 9 500 000 euros, sendo esse o montante tomado em conta como TPR na determinação do fator de taxa.

O TPR inicial (10 000 000 euros, no exemplo acima) será comparado, para efeitos de controlo da qualidade dos dados, com o TPR mais recente (modelo COREP C 02.00, linha 010, coluna 010) obtido pelo BCE por meio dos relatórios regulamentares. O montante das posições em risco reportado na linha 020, coluna 030, será comparado com os valores fornecidos no modelo COREP C 06.02 e obtidos pelo BCE através dos relatórios regulamentares.

As entidades reportantes devem assegurar que o valor fornecido no formulário relativo aos fatores de taxa está em conformidade com o valor comunicado nos relatórios regulamentares enviados às ANC. Se identificarem diferenças entre o valor do TPR incluído no formulário relativo aos fatores de taxa e o valor fornecido no relatório regulamentar mais recente transmitido à respetiva ANC, devem comunicar à ANC o valor do TPR atualizado. Caso as diferenças sejam identificadas durante os controlos da qualidade dos dados realizados pelo BCE, será solicitado à

entidade reportante em causa (por via da respetiva ANC) que explique essas diferenças.

4. Tipo de instituição 3: as entidades supervisionadas e os grupos supervisionados que não estão sujeitos a reporte obrigatório para fins prudenciais devem determinar o total de posições em risco tal como definido no artigo 2.º, ponto 13, alínea d), do [Regulamento \(UE\) n.º 1163/2014 do Banco Central Europeu \(BCE/2014/41\)](#).
5. Os grupos supervisionados que não estão sujeitos a reporte obrigatório para fins prudenciais e notificaram o BCE da sua intenção de deduzir a contribuição das filiais estabelecidas em Estados-Membros não participantes ou em países terceiros do TPR, ou tanto do TPR como do TA, devem selecionar “Tipo de instituição 1” ou “Tipo de instituição 2”, respetivamente, e preencher o formulário tal como descrito acima.

## Exemplo

| CALCULATION OF FEES<br>TOTAL RISK EXPOSURE |  | Reference date             | 31/12/2019                                | NAME                        | Institution B             |
|--|--|----------------------------|---|-----------------------------|---------------------------|
|  |  | Submission date            | 10/11/2020                                | MFI Code                    | IT0000002                 |
|  |  |                            |   | LEI code                    | ABCDEFGHIJ1234567890      |
| Item                                       |  | Type of institution<br>010 | Source for risk<br>exposure amount<br>020 | Risk exposure amount<br>030 | Comments<br>040           |
| 010  | TOTAL RISK EXPOSURE as calculated in accordance with Article 92(3) of Regulation (EU) No 575/2013 of the European Parliament and of the Council  | 3                          | COREP C.02.00, row 010                    | 10,000,000                  | Comment on submitted data |
| 020  | CONTRIBUTION OF SUBSIDIARIES in non-participating Member States and third countries  |                            | COREP C.06.02, col 250 (SUM)              |                             |                           |
| 1021                                       |  |                            |   |                             |                           |
| 1022                                       |  |                            |   |                             |                           |
| 1023                                       |  |                            |   |                             |                           |
| 1024                                       |  |                            |   |                             |                           |
| 1025                                       |  |                            |   |                             |                           |
| 030  | TOTAL RISK EXPOSURE AMOUNT of the supervised group deducting the CONTRIBUTION OF SUBSIDIARIES in non-participating Member States and third countries: Item 030 is equal to 010 minus 020 minus sum of items 1021 to 1320 |                            |   |                             |                           |

Please ensure that this template is completed in accordance with the instructions provided separately.

- 5 **Verificação por auditor relativa aos grupos supervisionados que deduzem as filiais estabelecidas em países não participantes no MUS e carta da direção relativa às sucursais sujeitas a taxa (coluna 020)**

### Confirmação da verificação por auditor relativa aos grupos supervisionados que deduzem as filiais estabelecidas em países não participantes no MUS

- O auditor tem de proceder à certificação de um elemento específico, conta ou rubrica do TA.

- Se um devedor de taxa utilizar as demonstrações financeiras obrigatórias, um auditor deve certificar que o valor do TA corresponde ao TA declarado nas demonstrações financeiras auditadas de cada uma das entidades supervisionadas. Nos casos em que um devedor de taxa utiliza pacotes de reporte, um auditor tem de certificar o TA aplicado para efeitos do cálculo das taxas de supervisão anuais através da apropriada verificação dos pacotes de reporte utilizados. Em todos os casos, o auditor tem de confirmar que o processo de agregação não se desvia do procedimento estabelecido na [Decisão \(UE\) 2019/2158 do Banco Central Europeu \(BCE/2019/38\)](#) e que o cálculo realizado pelo devedor de taxa é consistente com o método contabilístico seguido na consolidação das contas do grupo de entidades sujeitas a taxa.

### Carta da direção respeitante às sucursais sujeitas a taxa

- A exigência de apresentar a carta da direção aplica-se a todas as sucursais, independentemente dos dados utilizados para o cálculo da taxa de supervisão (FINREP a título obrigatório nos termos do BCE ou da legislação nacional, FINREP a título voluntário, contas anuais nos termos das Normas Internacionais de Relato Financeiro ou dos Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (PCGA) nacionais ou dados estatísticos – nos termos do artigo 2.º, n.º 12, alínea d), do [Regulamento \(UE\) n.º 1163/2014 do Banco Central Europeu \(BCE/2014/41\)](#)).
1. No caso das sucursais que estão sujeitas a requisitos de reporte obrigatório para fins prudenciais, a exigência de “certificar o total dos ativos da sucursal sujeita a taxa por meio de uma carta da direção submetida à ANC pertinente” está estabelecida no artigo 3.º, n.º 1, alínea b), da [Decisão \(UE\) 2019/2158 do Banco Central Europeu \(BCE/2019/38\)](#).

Estas sucursais devem preencher o [modelo de carta da direção](#) escolhendo a “Opção 1: dados conforme reportados para fins prudenciais” e o “Texto A”, e submetê-lo às respetivas ANC. Uma vez que os dados FINREP são reutilizados para estas sucursais, apenas se espera que apresentem a carta da direção.

2. No caso das sucursais que não estão sujeitas a requisitos de reporte obrigatório para fins prudenciais, incluindo as sucursais que elaboram o FINREP a título voluntário, a exigência de “certificar o total dos ativos da sucursal sujeita a taxa por meio de uma carta da direção submetida à ANC pertinente” está estabelecida no artigo 3.º, n.º 3, da [Decisão \(UE\) 2019/2158 do Banco Central Europeu \(BCE/2019/38\)](#).

Estas sucursais devem preencher o [modelo de carta da direção](#) escolhendo a “Opção 2: dados conforme reportados no modelo relativo aos fatores de taxa (ver o anexo II da Decisão BCE/2019/38)” e o “Texto B”, e submetê-lo às respetivas ANC, juntamente com o formulário respeitante aos fatores de taxa relativos ao TA.